



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13/2021/ERSSP/SUPERINTENDENTE/SUSEP

PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO 15414.631501/2021-81

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de divisórias, incluindo todos os perfis e ferragens necessários, juntamente com o serviço acessório de instalação e adaptação, com a posterior limpeza das áreas nos termos descritos no presente Termo de Referência. Serviços esses a serem realizados no 10º andar do edifício do Banco Central em São Paulo, à Avenida Paulista 1804;

1.2. A presente contratação será realizada por item único, incluindo a instalação das divisórias e a limpeza da área e retirada de entulhos, haja vista as justificativas apresentadas no Estudo Técnico Digital SUSEP 31/2021 para o não parcelamento da solução;

1.3. Código CATMAT da contratação: 461004;

1.4. A planilha descritiva contendo todas as especificações técnicas dos materiais encontra-se junto ao Anexo 01 do presente Termo de Referência;

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados da assinatura do termo contratual, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO
Módulo de painel de divisória cego com 52,00 metros lineares de divisórias. Dimensões: 900 mm x 2410 mm. Espessura total do painel: 90 mm	m²	125,32 m²
Módulo de porta cega com bandeira cega, no total de 3 conjuntos com abertura à direita.	conjuntos	03 conjuntos
Módulo de porta cega com boneca de vidro e bandeira cega. Total de 3 conjuntos, sendo 2 com abertura à direita e 1 conjunto com abertura à esquerda.	conjuntos	03 conjuntos
Módulo de painel divisório cego com janela de vidro e bandeira cega, incluindo todos os perfis e ferragens necessários	conjuntos	02 conjuntos

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;

2.2. Houve determinação da Administração para que fossem tomadas as providências necessárias quanto à mudança da sede do Escritório de Representação da SUSEP em São Paulo - ERSSP para o 10º pavimento do edifício do Banco Central situado à Avenida Paulista. O Termo de Cessão prevê a ocupação da área de 923,07 metros quadrados do pavimento. Parte do pavimento já se encontra ocupada por outro Órgão da Administração Federal, estando a parte a ser cedida inutilizada no momento;

2.3. Embora o pavimento se encontre em boas condições de conservação e manutenção, inclusive com piso instalado, cabeamento de rede e elétrica, há a

necessidade da instalação de divisórias para segregação dos espaços divididos com outros órgãos e organização interna e estruturação do layout da SUSEP.

2.4. O movimento de racionalização dos espaços da administração pública federal levou ao compartilhamento do citado edifício, contudo, há necessidade de organização dos layouts e separação dos espaços do pavimento, que será compartilhado por duas autarquias.

2.5. Logo, busca-se a aquisição de material pelo menor custo possível, a aderência aos preceitos legais no tocante às contratações públicas, racionalização do uso dos espaços públicos, garantia de boa execução dos serviços públicos advinda da organização dos espaços internos.

2.6. A aquisição por meio do Pregão Eletrônico levará a um processo mais célere de aquisição, possibilitando a aquisição de materiais dentro das especificações concedidas pelo menor preço possível.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;

3.2. O espaço a ser cedido está em perfeitas condições de uso, não necessitando reparos, mas tão somente a instalação das divisórias. Portanto, visa-se tão somente a aquisição de divisórias, juntamente com os serviços acessórios de instalação, que são acessórios à compra, e posterior limpeza da área, por meio de empresa especializada que comprove a aptidão para a realização dos serviços. Busca-se a implementação de condições mínimas para a ocupação do imóvel para o desenvolvimento das atividades funcionais na nova regional;

3.3. O espaço no qual as divisórias deverão ser instaladas encontra-se desocupado em sua totalidade. Logo, a Contratante cederá espaço físico para a Contratada, sem qualquer ônus adicional, para a guarda dos materiais, insumos diversos e equipamentos durante a realização da instalação dos insumos a serem adquiridos;

3.4. A Contratada deverá respeitar o horário de trabalho pactuados com a administração do edifício do Banco Central, respeitando às normas e cultura do local;

3.5. Quando da assinatura do contrato, haverá realização de reunião inicial, por meio da qual a Contratada apresentará o cronograma de realização da instalação, que deverá ser aprovado pela Contratante, com base nas cláusulas do item 06 do presente Termo de Referência;

3.6. Após a instalação dos insumos adquiridos, a Contratada deverá desmobilizar o espaço utilizado para guarda dos insumos e equipamentos;

3.7. Ao final da entrega das divisórias e instalação, a Contratada deverá devolver o espaço limpo, tal qual disponibilizado pela SUSEP, retirando eventuais entulhos e demais resíduos remanescentes, destinando os ao local indicado previamente pela administração do edifício;

3.8. O edifício conta com serviço de caçamba, caso julgue necessário, a Contratada deverá informar com antecedência para que o serviço seja disponibilizado;

3.9. A Contratada deverá observar a legislação aplicável, inclusive a ABNT NBR 15141:2008 (Divisória modular tipo piso-teto), no que for cabível;

3.10. A futura Contratada deverá prestar suporte técnico e garantia dos materiais empregados e serviços realizados pelo período de 5 (cinco) anos para defeito de fabricação. Por meio da pesquisa de mercado, foi aferido que esse prazo é prática comum no mercado, constando, inclusive, de várias propostas recebidas para formação do preço médio e Termos de Referência confeccionados por outros órgãos da Administração;

3.11. Durante o prazo de garantia, a Contratada fica obrigada a prestar reparos, sem custo adicional, pelo emprego de materiais de baixa qualidade ou má execução dos serviços;

3.12. É expressamente vedada a participação no certame da empresa atualmente Contratada pela SUSEP para a prestação dos serviços de consultoria em arquitetura, tal qual inciso I, do art. 9º da lei 8.666/93;

3.13. Não há opção por marca, nem mesmo à título de padronização, bastando os interessados atenderem às especificações constantes do Anexo 01 do presente Termo de

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. De acordo com a Instrução Normativa 01, de 19 de janeiro de 2010, deverão ser empregados materiais atóxicos, recicláveis ou biodegradáveis no que for cabível;

5.2. Os requisitos e critérios de sustentabilidade não constituem critério de desempate.

5.3. De acordo com a 4ª edição do Guia Nacional Contratações Sustentáveis CGU-AGU, de agosto 2021, os resíduos da instalação de divisórias são classificados como classe B (Resolução CONAMA nº 307/2002, art. 2º, inciso I), logo, deverão ser, sempre que possível, reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os insumos deverão ser entregues e instalados em no máximo 01 (um) mês após a assinatura do Termo Contratual;

6.2. A entrega deverá ocorrer no 10º pavimento do edifício do Banco Central situado à Avenida Paulista, 1804;

6.3. É obrigatória a realização de visita técnica antes da apresentação das propostas, oportunidade na qual as interessadas poderão realizar medição da área para a perfeita confecção das divisórias a serem entregues e dirimir eventuais dúvidas;

6.3.1. A obrigatoriedade da visita se faz necessária para que as licitantes verifiquem a exatidão das dimensões informadas no projeto, possam aferir eventuais diferenças na altura do pé direito, e colem todas as informações necessárias, inclusive, com a possibilidade de sanar dúvidas in loco visando reunir todos subsídios para melhor formação de preço quando da realização do Pregão Eletrônico;

6.3.2. As licitantes interessadas não poderão alegar erro na formatação das propostas por desconhecimento das condições do local;

6.3.3. As visitas deverão ser agendadas através do e-mail erssp.sp@susep.gov.br;

6.4. A data de entrega deverá ser previamente acordada com o Gestor do Contrato para que as providências necessárias possam ser tomadas junto à administração do edifício;

6.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado pelo responsável com assistência de profissional com conhecimento técnico do objeto a ser indicado pela administração da SUSEP;

6.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São Obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc;

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.3. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

12.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o

disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

12.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

12.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

12.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = 0,00016438$$
$$I = (TX) I = (6 / 100)$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data

fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. O adjudicatário, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

14.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

14.3. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

14.4. seguro-garantia;

14.5. fiança bancária.

14.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.

14.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

14.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.10. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS PERMANENTES

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 05 (cinco) anos para defeitos de fabricação, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Tal prazo é prática comum no mercado, foi discriminado nas propostas recebidas para a formação do preço médio e consta, inclusive, de outros Editais confeccionados pela Administração Federal;

15.2. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

15.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

15.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

15.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

15.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data da notificação formal emitida pela SUSEP.

15.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

15.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar bem equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

15.9. Decorrido o prazo de 20 (vinte) dias úteis para reparos e substituições, sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

15.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

15.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

16.1.5. cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

16.2.2. Multa moratória de 0,2% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

16.2.3. Multa compensatória de 5% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente,

pelo prazo de até dois anos;

16.2.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "16.2.5." também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens 16.2.1., 16.2.3., 16.2.4. e 16.2.5. poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são

as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.3.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

17.3.2.1. Apresentação de no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, referente tão somente à instalação de divisórias, para a qual o Fornecedor licitante tenha prestado serviço de instalação de divisórias, de forma semelhante ao objeto desta contratação com metragem de 62,50 m² (cinquenta por cento do objeto a ser contratado - tal qual Acórdão 361/2017- TCU Plenário), em que conste o grau de satisfação da Contratante para com a execução dos serviços prestados, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT emitidos pelo CREA-SP (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo) ou pelo CAU-SP (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo), ou por Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA-SP ou pelo CAU-SP;

17.4. Como requisito técnico, a vencedora do certame deverá apresentar registro ou inscrição no CREA-SP ou no CAU-SP em plena validade;

17.5. Adicionalmente, a vencedora deverá comprovar ter em seu quadro engenheiro civil ou arquiteto, responsável técnico dos serviços, registrado e habilitado no CREA-SP ou CAU-SP;

17.6. O critério de julgamento da proposta é o de Menor Preço Global;

17.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 98,534.29** (noventa e oito mil, quinhentos e trinta e quatro reais e vinte e nove centavos);

18.2. O preço médio foi estimado com base em pesquisas de mercado. Não foi adotado o painel de preços do Governo Federal pois o objeto é muito específico, o projeto discrimina largura, forração, acabamento e componentes de isolamento específicos, contudo, a ferramenta do painel de preços não permite chegar a tal nível de detalhamento mostrando todas as contratações de divisórias com descrições muito sucintas. Logo, a utilização de método de pesquisa diverso do que a cotação direta com fornecedores poderia gerar grandes distorções, tanto elevando o preço médio, impactando negativamente no orçamento da Autarquia e na economicidade, quanto baixando seu valor, o que poderia levar a uma licitação deserta em última instância;

18.3. As pesquisas realizadas, cotações e demais planilhas encontram-se em processo próprio que deu início ao rito de contratação.

18.4. Embora a contratação será realizada por item único, o projeto prevê a aquisição de 04 (quatro) conjuntos distintos, foram encontrados os preços unitários para cada conjunto, a divisão em conjuntos visa tão somente a melhor visualização dos preços, tentando-se alcançar o custo unitário, conforme estipulado pelas boas práticas:

INSUMO	PREÇO MÉDIO
Módulo de painel de divisória cego	R\$ 80,592.39
Módulo de porta cega com bandeira cega:	R\$ 6,057.28
Módulo de porta cega com boneca de vidro e bandeira cega:	R\$ 6,449.67
Módulo de painel divisório cego com janela de vidro e bandeira	R\$ 5,121.05

PREÇO MÉDIO GLOBAL**R\$ 98,534.29****19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UG/Gestão Emitente: 173039/17203

PTRES: 171912

Programa de Trabalho: 04122003220000001

Fonte de Recursos: 0180173039

Plano Interno: SUSEPAD2000

Nota de Dotação: 2021ND000447

LISTA DE ANEXOS (documento SEI 1168666):

Os anexos são parte integrante do presente Termo de Referência e serão disponibilizados quando da realização do Pregão Eletrônico.

Anexo 01 - Especificações Técnicas do Objeto

Anexo 02 - Projeto e Planta

Anexo 03 - Modelo de Proposta

Anexo 04 - Modelo de Declaração de Vistoria Técnica



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ BATISTUZZO (MATRÍCULA 1958552)**, **Analista Técnico da SUSEP**, em 28/10/2021, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA YUMI KANASHIRO (MATRÍCULA 1799129)**, **Analista Técnico da SUSEP**, em 28/10/2021, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1168649** e o código CRC **BE1DB1C1**.